

**From:** [Bruno Guberfain do Amaral](#)

**To:** [saesp@inpi.gov.br](mailto:saesp@inpi.gov.br)

**Sent:** Wednesday, March 21, 2012 2:13 PM

**Subject:** Patentes de Software, não obrigado

Patentes de Software, não obrigado

RESPONSÁVEL: Bruno Guberfain do Amaral

DATA DE ENVIO: 21/03/12

RESPOSTA:

Inicialmente, gostaríamos de enfatizar que as Diretrizes de Exame apresentadas visam uniformizar os procedimentos de exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem ou se baseiam em implementações por programa de computador.

Esclarecemos que o INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.